

Apontamentos sobre as bases empíricas do desenvolvimento

Dieter Rugar Siedenberg

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

Recebido: 12/10/2012 Versão revisada (entregue): 18/03/2013 Aprovado: 23/03/2013

Resumo

Neste artigo se procura compreender as bases empíricas sobre as quais se fundamentam as teorias do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico. Parte-se do pressuposto de que a concepção contemporânea de desenvolvimento, no contexto das ciências sociais (especialmente, das aplicadas), tem raízes que se alimentaram de, pelo menos, três importantes fontes: as contribuições filosóficas da Grécia Antiga, as práticas políticas vigentes na República e no Império Romano e, por fim, as influências exercidas pela Igreja sobre o modo de produção vigente na sociedade medieval. De forma que a proposta deste artigo é abordar, sucintamente, um conjunto de aspectos considerados significativos que, herdados de cada um desses diferentes contextos históricos, contribuíram para a constituição da concepção de desenvolvimento atualmente vigente. O artigo resulta de apontamentos de leituras e percepções decorrentes de tais leituras, tendo em vista a recuperação de um passado remoto que, de um modo geral, influenciou a história recente da humanidade e, de maneira especial, as teorias econômicas que informam a concepção de desenvolvimento hoje dominante.

Palavras-chave | Ciências sociais; crescimento econômico; desenvolvimento; história.

Código JEL | B15; O10; P16.

NOTES ON THE EMPIRICAL BASIS OF DEVELOPMENT

Abstract

This paper seeks to understand the empirical basis on which the theories of growth and socioeconomic development are based. The starting point is the assumption that the contemporary concept of development, in the context of the social sciences (especially of the applied ones), has roots that fed on at least three major sources: the philosophical contributions of ancient Greece, the prevailing political practices in the Republic and the Roman Empire, and finally, the influences exerted by the Church on the production mode prevailing in medieval society. So the purpose of this article is to briefly discuss a number of aspects considered to be significant that, inherited from each of these different historical contexts, contributed to the establishment of the concept of development currently in effect. The article is based on readings notes and perceptions arising from such readings in order to recover a remote past that, in

general, influenced the recent history of mankind and, especially, economic theories that inform the design of development dominant today.

Keywords | Social sciences; economic growth; development; history.

JEL-Code | B15; O10; P16.

NOTAS SOBRE LA BASE EMPÍRICA DEL DESARROLLO

Resumen

Este trabajo busca comprender las bases empíricas sobre las que están basadas en las teorías del crecimiento y el desarrollo socioeconómico. Se parte del supuesto de que el concepto contemporáneo de desarrollo, en el contexto de las ciencias sociales (especialmente las aplicadas), tiene raíces que se alimentan de al menos tres fuentes principales: los aportes filosóficos de la antigua Grecia, las prácticas políticas predominantes de la República y el Imperio Romano y, por último, las influencias ejercidas por la Iglesia en el modo de producción imperante en la sociedad medieval. De este modo, el propósito de este artículo es discutir brevemente algunos aspectos significativos que provienen de cada uno de estos contextos históricos y que contribuyeron a la creación del concepto de desarrollo vigente. El artículo señala el resultado de lecturas y percepciones que surgen de tales lecturas. Lo que se propone es recuperar aspectos de un pasado remoto que influyó en términos generales en la historia reciente de la humanidad y particularmente en las teorías económicas que informan el diseño del desarrollo dominante en la actualidad.

Palabras-clave | Ciencias sociales; crecimiento económico; desarrollo; historia.

Código JEL | B15; O10; P16.

Introdução

Muitos séculos antes das questões relacionadas ao crescimento e ao desenvolvimento socioeconômico de nações ou territórios começarem a ser estruturadas na Europa ocidental a partir do século XVI em construtos teóricos consistentes – construtos que, em abordagens posteriores, foram criticados, ampliados, fragmentados e diversas vezes revisados através das contribuições de um grande número de economistas, sociólogos, matemáticos, juristas, geógrafos, historiadores e outros cientistas sociais –, o desenvolvimento de comunidades, cidades, impérios ou instituições foi objeto de inúmeras observações e constatações empíricas, feitas de forma mais ou menos isolada por ilustres personalidades históricas.

Poucos séculos depois de haverem sido desenvolvidas as primeiras teorias econômicas clássicas, estruturadas basicamente a partir do período mercantilista – que configura um conjunto relativamente heterogêneo e assíncrono de concepções, medidas e práticas econômicas adotadas pelos Estados absolutistas da Europa ocidental nos séculos XVI, XVII e XVIII, voltadas principalmente para o

comércio e baseadas no controle da economia pelo Estado –, as questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico assumiram uma dimensão praticamente impossível de ser abarcada em sua totalidade por estudos pontuais, a exemplo de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, exigindo, portanto, significativos recortes sob diferentes enfoques teóricos.

Dessa forma, muitas vezes as bases empíricas primárias são ignoradas, passam despercebidas ou permanecem nas sombras da teoria econômica. Entretanto, para que essa fundamentação teórica tomasse forma e consistência, foi necessário que a humanidade acumulasse mais de 3 mil anos de experiências e observações.

Ao propor uma breve revisão das bases empíricas do desenvolvimento socioeconômico abrangendo um período de análise que vai de aproximadamente 2.000 a.C. até em torno de 1.500 d.C., evidentemente é necessário considerar um aspecto relevante. Boa parte do que se sabe sobre aquele período são registros históricos ou fragmentos de registros, interpretações mais ou menos precisas e inúmeras releituras de um passado remoto da humanidade. Dito de outra forma: com base em informações históricas precárias, temos a possibilidade de (re)formatar imaginariamente o passado pela perspectiva das condições presentes, o que evidentemente carrega em si alguns riscos¹.

Apesar do risco interpretativo, vale a pena procurar compreender minimamente sobre quais bases empíricas a fundamentação das teorias do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico tem assentadas suas raízes mais profundas. Essa compreensão é útil, tanto para os neófitos quanto para os já iniciados no assunto, sobretudo aqueles que tiveram que fazer a opção de tentar obter uma visão panorâmica básica sobre as teorias econômicas e, em seguida, se debruçaram sobre um de seus ramos, detendo-se mais nos desdobramentos à jusante (galhos e brotos) do que à montante (raízes e radículas) desse sistema orgânico da teoria econômica.

Neste sentido, de aprofundamento na origem das questões, pode-se dizer que a concepção contemporânea de desenvolvimento no contexto das ciências sociais aplicadas tem raízes que se alimentaram em pelo menos grandes três fontes distintas: nas contribuições filosóficas oriundas da chamada Grécia Antiga, nas

¹ Para ilustrar esse risco imaginemos duas pessoas que observam um mesmo fato, mas cada uma delas tem percepções bem diferentes sobre as suas causas e consequências. Além disso, uma é mais detalhista e outra mais genérica; para uma alguns aspectos relacionados ao fato observado são importantes, enquanto para a outra tais aspectos são totalmente irrelevantes. Porém, por motivos e interesses bem específicos só uma dessas pessoas deixa registrada para a posteridade a sua visão dos fatos. Um tempo depois, ambas morrem e já não há mais outras testemunhas do fato. Aqueles que posteriormente tentarem reconstituir a realidade passada com base apenas nesse registro único e pessoal, correm o risco de fazer uma interpretação muito equivocada do passado. Mesmo a chamada técnica da aproximação por triangulação pode fornecer um quadro relativamente impreciso.

práticas políticas vigentes na República e no Império Romano e, por fim, nas influências exercidas pela Igreja sobre o modo de produção da sociedade durante a Idade Média.

A proposta deste artigo é abordar sucintamente um conjunto de aspectos significativos que, em cada um desses diferentes contextos históricos, de alguma forma se relacionaram com ou influenciaram a atual concepção de desenvolvimento. O texto trata, portanto, de apontamentos de leituras e de percepções delas oriundas feitas com o objetivo de retratar aspectos dum passado remoto que influenciaram a história da humanidade, de um modo em geral, e as teorias econômicas, de maneira bem incisiva.

As contribuições da Grécia Antiga na configuração da concepção de desenvolvimento

Historicamente, a chamada Grécia Antiga costuma ser dividida em cinco períodos distintos: Pré-Homérico, Homérico, Arcaico, Clássico e Helenístico, abrangendo um período de aproximadamente 1.800 anos, que vai do século XX a.C. até o século II a.C. Não há registros muito consistentes ou especialmente significativos sobre contribuições de culturas ou civilizações anteriores ou mesmo contemporâneas à chamada Grécia Antiga² no que diz respeito a questões pelo menos vagamente relacionadas com desenvolvimento. Mesmo aí, no extenso período que abrange a Grécia Antiga, algumas concepções fundantes estão mescladas entre certezas, atribuições e mitos.

Seja como for, é senso comum que a civilização grega formou-se com a fixação de tribos nômades de origem indo-europeia no entorno do Mar Egeu e Mediterrâneo, constituindo, aos poucos, cidades-estados (*pólis*), cada qual explicitando sua própria forma político-administrativa, organização social, autonomia econômica e deuses protetores. Entre as *pólis* mais significativas destacam-se Atenas (que ficou conhecida por sua democracia aristocrata) e Esparta (que entrou para a história como uma oligarquia militarista).

No centro político e administrativo dessas cidades-estado (*acrópolis*), localizado, em geral, na parte mais alta da cidade, encontravam-se os templos, teatros e edifícios públicos como a Ágora (espaço onde ocorriam os debates e decisões políticas) e a Gerúsia (local de reunião do ‘senado’ ou ‘conselho de anciãos’ responsáveis pelos julgamentos e pela elaboração de projetos que seriam submetidos à assembleia

² Entre as civilizações anteriores ou contemporâneas à Grécia Antiga destacam-se os Impérios Egípcio, Babilônico, Assírio, Macedônico e Persa. Em relação a todos eles cabe ressaltar que, apesar do ténue contato espacial, houve pouca influência direta destes impérios sobre a concepção ocidental (europeia) de desenvolvimento. Já as influências do Império Judaico, apesar de sua minúscula dimensão territorial, serão analisadas através das concepções da Igreja.

popular). Em Esparta atuavam ainda os *éforos*, oficiais que cumpriam o papel de fiscais da vida pública. Muitos habitantes mais abastados moravam em casas de campo localizadas num cinturão onde predominavam as atividades rurais.

Naquele período, a economia (!) grega baseava-se na cultura de oliveiras, vinhas e trigo, com destaque, também, para o comércio marítimo e artesanato, com a produção de ânforas para transporte de mercadorias. A organização social em cada cidade-estado seguia um padrão similar: havia uma classe denominada de *cidadãos*. Estes representavam uma minoria formada por homens livres nascidos nas cidades-estado que detinham direitos políticos, em geral eram proprietários de terras, constituíam a aristocracia rural e gozavam de boa condição econômica e social. Mulheres e crianças não podiam participar da vida pública. Havia os *estrangeiros* (aos quais não se permitia a propriedade rural, pois eram originários de outras cidades-estado ou regiões e, em decorrência desse fato, não detinham direitos políticos, mas dedicavam-se, ao comércio e ao artesanato, pagando impostos) e os *escravos* (a maioria da população, sem direitos políticos, que eram, sobretudo, prisioneiros ou devedores e realizavam todo tipo de trabalho: doméstico, agrícola e pesado).

Dadas essas condições de estrutura social e divisão do trabalho, é quase natural que os *cidadãos* (!) gregos valorizassem e se dedicassem prioritariamente à formação de ‘indivíduos completos’, ou seja, com bom preparo físico, psicológico e cultural. A educação enfatizava aspectos relacionados à filosofia, artes, poesia, história, dramaturgia, esportes, arquitetura e política. Trabalho e comércio eram atividades sistematicamente rejeitadas pelos cidadãos gregos. Atribui-se a Platão frases como: “É próprio de um homem bem-nascido desprezar o trabalho” ou “O ouro e a virtude são como pesos colocados nos dois pratos de uma balança, de tal maneira que um não pode subir sem que desça o outro”. Enfim, essas atividades (trabalho e comércio) eram consideradas indignas e relegadas aos escravos e estrangeiros.

Nesse contexto da Grécia Antiga, merecem destaque alguns personagens que de alguma forma acabaram contribuindo para a configuração embrionária da concepção de *desenvolvimento* e ao estabelecimento de outros aspectos da economia social que perduram até os nossos dias. Um deles é Sócrates, um dos maiores filósofos do período clássico da Grécia Antiga, nascido em Atenas, que viveu entre 469 a.C. e 399 a.C., filho de um escultor e de uma parteira, fato que influenciou decisivamente sua carreira como filósofo. Sócrates partia do pressuposto que o conhecimento está dentro das pessoas e que estas precisam aprender por si mesmas, sendo muitas vezes necessário ajudar no ‘parto’ das ideias ou do conhecimento. Apesar de filósofo, Sócrates lutou em várias batalhas do Peloponeso. Com quarenta anos já era conhecido em Atenas: feio e de pequena estatura (um "sileno careca", segundo a tradição), mas argumentador rigoroso e bem humorado. Tinha mente aguçada, lógica e analítica que, em geral, expunha a fragilidade dos argumentos dos seus interlocutores. Proclamado “o mais sábio dos

homens” pelo Oráculo de Delfos (templo dedicado a Apolo), apresentava-se, no entanto, como um mero ignorante em busca da verdade: "só sei que nada sei".

Em função dessas e de outras características, reuniu um vasto círculo de inimigos, de amigos e de jovens discípulos. Não há evidências de que Sócrates tenha escrito alguma coisa, pois pressupunha que a escrita fecharia o conhecimento. Tudo o que sabemos a seu respeito e de suas ideias se baseia nas informações de dois discípulos e entusiasmados admiradores, Platão e Xenofonte, e pelo comediógrafo Aristófanes, que o satiriza com uma caricatura na peça “As nuvens”. Sofreu diversas condenações públicas: na última, acusado de não acreditar nos costumes e deuses gregos e de corromper jovens com suas ideias, um tribunal constituído por 501 cidadãos o condenou ao exílio ou ao corte da língua (impossibilitando-o de ensinar), ou à morte, caso se negasse a assumir a condenação. Optou pela última, bebendo cicuta. “Vocês me deixam a escolha entre duas coisas: uma que eu sei ser horrível, que é viver sem poder passar meus conhecimentos adiante. A outra, que eu não conheço, que é a morte ... escolho, pois, o desconhecido!”.

Como se percebe, Sócrates não contribui propriamente e de maneira direta com quaisquer questões substantivas relacionadas ao desenvolvimento da sociedade. Porém, na condição de filósofo e mentor de outros pensadores significativos e, sobretudo, como típico e legítimo representante da sociedade ateniense e de sua forma de funcionamento, merece ser aqui citado.

Atribui-se a um discípulo de Sócrates e historiador ateniense, chamado Xenophon, alinhado com a militarista Esparta, a autoria de um pequeno tratado de ética sobre a agricultura, no qual o autor faz um grande elogio à vida no campo e aborda outros temas como a necessidade de ordem e de comando em todas as atividades, inclusive as do lar. Xenophon denominou seu tratado sobre administração doméstica de *Ho Oykonomikos* (*oikos* = casa + *nomos* = regras ou gestão). Surgiu daí o termo *economia*.

Na mesma época, outro discípulo de Sócrates, o filósofo e matemático Platão, fez uma abordagem ligeiramente diferenciada sobre a vida econômica, enfatizando o papel da *pólis* e do cidadão. O objetivo da análise de Platão sobre a vida econômica da sociedade foi o de extrair um conjunto de normas práticas que garantissem condições de vida adequadas aos cidadãos, bem como o funcionamento, a harmonia e a estabilidade política da *pólis*. Para Platão, o homem configura um conjunto de potencialidades integradas (físicas, produtivas, éticas, artísticas, intelectuais e espirituais) cuja realização plena só é possível na vida em sociedade, isto é, na *pólis*. Segundo Platão, o exercício e a dedicação às diferentes aptidões levam à especialização, criando a dependência coletiva e oportunizando a cooperação. Nesse contexto, a divisão social do trabalho é entendida como promotora da coesão comunitária.

Posteriormente, Aristóteles – outro filósofo clássico e, por sua vez, discípulo de Platão – ampliou consideravelmente as discussões sobre questões relacionadas à

vida econômica na *pólis*. Segundo ele, a *pólis* somente realiza sua função quando permite aos homens o *bem viver* em conjunto e esta boa convivência depende de relações de intercâmbio que ele denomina de arte da aquisição natural ou artificial. A aquisição natural refere-se ao conjunto de atividades (agricultura, pastoreio, caça, saque, troca) desenvolvidas pelas famílias (economias domésticas) ou pelas cidades (economias políticas), enquanto que a aquisição artificial constitui um gênero especulativo de atividades que visam o aumento da riqueza como um fim em si mesmo.

Ao analisar os elementos da aquisição artificial, Aristóteles formulou dois conceitos-chave para o desenvolvimento de pensamento econômico: o valor de uso e o valor de troca de um bem:

[...] cada coisa que possuímos tem dois usos, dos quais nenhum repugna a sua natureza; porém, um é próprio e conforme a sua destinação, outro, desviado para algum outro fim. Por exemplo: o uso de um sapato é calçar; podemos também vendê-lo ou trocá-lo, para obter dinheiro ou pão, ou alguma outra coisa, isto sem que ele mude de natureza; mas este não é o seu uso próprio, já que ele não foi inventado para o comércio [...]. A natureza não fez as coisas para serem trocadas, mas, tendo os homens, uns mais, outros menos do que precisam, foram levados por esse acaso à troca (ARISTÓTELES, A Política, Livro I, Capítulo II).

Além disso, com a ampliação do intercâmbio comercial, surgiu naquela época a necessidade de se criar um meio de troca: a moeda. Aristóteles então observou que, com o uso generalizado da moeda como meio de troca, esta passou a cumprir mais duas funções adicionais: reserva de valor (riqueza) e meio de enriquecimento (capital usurário).

Baseado nessa constatação, ponderou, conforme Gennari e Oliveira (2009, p.10), que “é absurdo se chamar de ‘riqueza’ um metal cuja abundância não impede de se morrer de fome” e ressaltou sua esterilidade (pois, na origem, a moeda é um simples meio de troca e pura convenção). Assim, tanto a acumulação monetária quanto o empréstimo a juros são contrários à natureza e, portanto, “condenáveis e odiosos”³.

Apesar de qualificar o comércio como atividade inferior, o filósofo reconhece a sua importância e até o recomenda, quando o assunto é economia política:

É bom que os que governam os Estados conheçam esse recurso, pois é preciso dinheiro para as despesas públicas e para as despesas

³ Como se verá adiante, as análises de Aristóteles embasaram muitos argumentos utilizados pela Igreja, na Idade Média, para condenar a acumulação de riqueza e a prática da usura.

domésticas, e o Estado está menos do que ninguém em condições de dispensá-lo. Assim, o capítulo das finanças é quase o único a que alguns prestam atenção. (ARISTÓTELES, 2002, p. 111).

Aristóteles também corroborou a visão de seu mentor, Platão, ao reconhecer que uma das maneiras de se adquirir produtos pela troca é através do trabalho:

Dentre os diversos trabalhos, os mais excelentes pela arte são os que menos devem ao acaso; os mais baixos, os que sujam o rosto e as mãos; os mais servis, aqueles em que o corpo trabalha mais que o espírito; os mais ignóbeis, os que não requerem nenhuma espécie de virtude. (ARISTÓTELES, 2002, p. 101).

Além dessas observações, Aristóteles contrapôs o enfoque político ao enfoque ético na gestão da *pólis*, destacando três aspectos que deveriam balizar o comportamento da sociedade e dos cidadãos. Primeiro, a fruição ou gozo dos bens privados no contexto da *pólis* deveria ser pautada pela liberalidade, isto é, um meio termo entre a avareza e a prodigalidade, algo coerente com os valores morais da comunidade. Segundo, a desigualdade excessiva coloca em risco a estabilidade política e a coesão da comunidade, que são condições fundamentais para a *pólis* atingir seus fins: a realização plena do cidadão. Assim, é necessário prestar assistência aos menos favorecidos e determinar uma política demográfica para evitar escassez. Terceiro, as trocas devem ser regidas pela justiça baseada na reciprocidade “[...] porque o homem que age injustamente tem excesso e o que é injustamente tratado tem demasiado pouco do que é bom” (ARISTÓTELES apud GENNARI; OLIVEIRA, 2009, p. 13). Nas operações de troca, a medida justa seria o intermediário entre o ganho de um e a perda de outro.

Enfim, como se percebe pela exposição acima, inúmeras associações e relações são tramadas entre vários conceitos-chave, já no nascedouro da economia doméstica e política, sem que a questão do desenvolvimento propriamente dito tenha sido sequer explicitada.

A difusão desses fundamentos e práticas pelo mundo mediterrânico foi entremeada por conflitos externos (empreendidos pelos imperadores persas Ciro e Dario e pelo imperador macedônio Alexandre, o Grande) e inúmeros conflitos internos (como a Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta e outras cidades-estado alinhadas a uma ou a outra), culminando com o estabelecimento do Império Romano em 27 a.C., quando a Macedônia e os territórios da Grécia continental tornaram-se simples províncias romanas.

Do ponto de vista político, a Grécia continental sai de cena. As antigas *pólis*, agora sob a égide da *Pax Romana*⁴, abandonaram suas infundáveis disputas armadas. Por outro lado, a presença romana não impediu a continuidade das olimpíadas e dos festivais gregos; o nome e a influência de algumas instituições políticas tradicionais foram mantidos e Atenas conservou o status de cidade universitária, uma vez que muitos membros da elite romana para ali se dirigiam com o objetivo de completar sua formação em filosofia e retórica.

As contribuições da República e do Império Romano sobre o desenvolvimento

O ocaso da Grécia Antiga enquanto principal centro econômico, político e irradiador de cultura provocou o deslocamento do poder para o ocidente, mais precisamente para a península itálica, com a ascensão da chamada Roma Antiga⁵. Assim como Atenas e Esparta, inicialmente Roma⁶ também se constituía apenas como mais uma cidade-estado incrustada na península itálica. Numa segunda etapa ocorreu paulatinamente a conquista da península itálica pelos romanos, com base em inúmeras guerras civis e pactos firmados (do latim *foedera* = aliança ou federação) entre os povos latinos. Ao conquistar uma nova região da península, uma parte do território ocupado era apropriada pelo Estado e transformada em terras públicas, distribuída posteriormente aos cidadãos romanos. Instalavam-se, assim, colônias pela distribuição de lotes individuais ou pela ocupação da aristocracia que dispunha de meios para fazer seu aproveitamento. Lentamente, Roma converteu-se numa potência; sua influência espacial ampliou-se consideravelmente, pois uma rede de estradas interligava as colônias estratégicas. Esses e outros fatores propiciaram a instituição da República Romana⁷. Vale lembrar que a expressão latina *res publica* significa ‘coisa pública’, um termo

⁴ Refere-se a um longo período de paz, segurança e ordem experimentado em todo o Império Romano por aproximadamente 150 anos, garantido pelas armas e pelo autoritarismo.

⁵ Assim como também foi o caso da Grécia, a denominação *Roma Antiga* envolve três períodos bastante distintos do ponto de vista histórico: Roma enquanto cidade-estado, República Romana e Império Romano.

⁶ Dados sobre a fundação de Roma e da monarquia ali estabelecida são imprecisos. Porém, há evidências da existência de reis que acumulavam as funções executiva, judicial e religiosa, embora seus poderes fossem limitados na área legislativa, já que um ‘senado’, ou Conselho de Anciãos, tinha o direito de veto e sanção das leis apresentadas pelo rei. A ratificação dessas leis era feita pela assembleia ou cúria, composta de todos os cidadãos em idade militar.

⁷ Historicamente considera-se que a República Romana abrange o período entre a deposição do último rei de Roma (Tarquínio, o Soberbo), em 509 a.C., e a coroação do primeiro imperador (Otávio ‘Augusto’), em 27 a.C.

utilizado por convenção para definir as relações e interesses do Estado romano com suas províncias.

Num terceiro momento ocorreu a expansão de Roma para fora do território da península itálica, a exemplo das guerras púnicas (contra a cidade-estado de Cartago, estrategicamente localizada na costa Norte da África e que dominava o comércio mediterrâneo), da expansão para o oriente (Grécia e Ásia Menor) e da expansão para o ocidente (regiões hispânicas e gaulesas). Em função desta expansão territorial o senado romano⁸ viu seu poder sendo desafiado pelo poderio militar de alguns generais, o que culminou com a instituição do Império Romano⁹.

Durante o reinado de Trajano (por volta de 110 d.C.), o Império Romano atingiu sua extensão territorial máxima, controlando aproximadamente 6,5 milhões de km² da superfície terrestre (praticamente todo o entorno do Mar Mediterrâneo, boa parte da Europa ocidental e da Inglaterra) e estima-se que neste período a população sob o domínio de Roma tenha abrangido mais de 60 milhões de pessoas.

Por um lado, em função da expansão e da duração do Império Romano suas instituições e sua cultura tiveram profunda e duradoura influência sobre idiomas, religião, arquitetura, filosofia, direito, política e formas de governo nos territórios governados. Por outro lado, essa compatibilização institucional e cultural também foi influenciada pelas tradições, costumes e culturas dos territórios conquistados.

Alguns aspectos que de uma ou de outra maneira influenciaram a economia política e as relações sociais, cujos desdobramentos na concepção de desenvolvimento são perceptíveis até os dias atuais, podem ser destacados. Como visto, a influência da Roma Antiga é refletida difusamente na linguagem, literatura, códigos legais, governos, arquitetura, artes, engenharia, transportes, logística, medicina e esportes, entre muitos outros aspectos da vida contemporânea. Em função da necessidade da regência de um vasto território formado por diversas províncias, pode-se dizer que os romanos desenvolveram os fundamentos da ciência da administração pública, criando um amplo serviço civil e instituindo métodos formais de cobrança de impostos.

O conjunto de regras jurídicas observadas no mundo romano, totalmente codificadas antes da Idade Média, também é uma herança que o mundo moderno tem deste período. O direito de propriedade privada, a liberdade contratual e as

⁸ O senado romano, principal fórum político da República, tinha o poder de fiscalizar os cônsules das províncias, possuía ingerência na formação de leis, controlava a justiça, as finanças públicas, as questões religiosas e dirigia a política externa.

⁹ Considera-se, por convenção histórica, que o Império Romano teve início em 27 a.C. e terminou com a subdivisão deste em dois Impérios: Ocidental e Oriental, em 395 d.C. O Império Ocidental esfacelou-se rapidamente em função das invasões bárbaras, problemas militares e econômicos. O Império Oriental, com sede em Constantinopla, manteve-se até o fim da Idade Média.

instituições desempenhando funções de controle e justiça são alguns elementos instituídos naquela época e que tiveram profundas influências sobre o mundo atual. Enfim, ao ser instituído naquele contexto, o direito de propriedade privada significa o incremento da soberania do proprietário sobre seus bens. Significa, ainda, que proprietários soberanos podem pactuar decisões entre si, como entidades independentes e autônomas, tendo respaldo contratual, jurídico e institucional.

Isto representa um avanço em relação à concepção grega de propriedade e cidadania, pois tais medidas vinculam ao proprietário prerrogativas e direitos independentes dos vínculos com a comunidade, ou seja, as decisões relativas à gestão dos bens privados não sofre influência de compromisso moral ou ético relacionado à cidade (*urbe*, em latim).

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à forma de vida da sociedade romana, que girava em torno da *urbe*. Teatros, fóruns, templos, residências, aquedutos, ginásios, tabernas, termas e bordéis faziam parte da paisagem urbana. No meio rural as propriedades eram deixadas aos cuidados de dirigentes agrícolas e, para estimular a produtividade do trabalho, muitos senhores libertavam (ou vendiam a liberdade) a um grande número de escravos.

A capacidade romana de planejamento e execução de obras arquitetônicas e de mineração permitiu a extração de metais preciosos em escala protoindustrial. A elevada quantidade de moedas metálicas em circulação, cuja emissão e controle eram uma prerrogativa do Estado¹⁰, dispôs a população em geral para o comércio, a negociação ou a poupança.

No que diz respeito às contribuições teóricas, esses são os principais aspectos e fatos de Roma Antiga que contribuíram, de alguma forma, para a configuração da concepção contemporânea de desenvolvimento. Em muitos pontos, as contribuições da Grécia Antiga foram ampliadas ou relativizadas e vários novos elementos inter-relacionados entram em cena. Porém, novamente se percebe que as principais questões abordadas no período apenas tangenciam ou têm uma tênue relação com processos de desenvolvimento socioeconômico propriamente dito.

No que diz respeito ao Império Romano, este começou a desagregar-se já no fim do século III, assolado por problemas sucessórios, de corrupção e de gastos excessivos, aliados ao fim das conquistas territoriais, diminuição na arrecadação de tributos e enfraquecimento militar. Em 395 d.C., com a morte do imperador Teodósio I, o Império Romano foi formalmente dividido em dois: o Oriental, com sede em Constantinopla, e o Ocidental, com sede em Milão, cujas fronteiras

¹⁰ Cunhar moedas em ouro ou prata era, antes de mais nada, um ato político. Na maioria das emissões aparecia a imagem do imperador da época, o que por um lado era um meio para divulgar sua imagem, a de outros membros da família ou de seus sucessores por todo o império e, por outro lado, era conveniente para proclamar e reforçar a sua legitimidade. Eventualmente, apareciam também mensagens políticas e de propaganda imperial em algumas moedas.

passaram a sofrer constantes ataques de diversos povos bárbaros oriundos do norte europeu.

Roma Antiga sai de cena como referência política, econômica e cultural. Porém, diferentemente da transição anterior, nenhum outro reino emergente (ou cidade-estado) ocupa seu espaço. Assim, a Igreja, uma instituição religiosa cristã, assume durante um longo período o papel de principal referência e guia para aspectos relacionados aos processos de desenvolvimento social e econômico do mundo ocidental.

As doutrinas e influências da Igreja na configuração do desenvolvimento

Com a derrocada do Império Romano, o modo de vida estruturado no mundo ocidental antigo entrou em colapso. Em função das condições militares debilitadas, as *urbes* nas províncias eram um prato cheio para os ataques bárbaros¹¹ e saques, o que levou a um processo de ruralização da população, com a produção agrícola voltada predominantemente para o consumo. A fragmentação do poder e da autoridade trouxe à tona um sistema social hierarquizado e desigual, mas aceito como natural, baseado em proprietários guerreiros e aristocratas que vinculavam camponeses à terra por obrigações, em espécie ou em trabalho, como contrapartida pela proteção.

O termo que designa o período e se refere ao sistema político, econômico e social da Europa medieval (notadamente da França, Inglaterra, Alemanha e Itália) é *feudalismo*, embora não seja contemporâneo do período que representa, pois, no mundo medieval, a palavra feudo já era usada para nomear a posse e usufruto de uma parcela do patrimônio fundiário do rei (SILVA; SILVA, 2006).

Enfim, pode-se afirmar que a Europa medieval se caracteriza por guerras, saques e violência indiscriminada, fatores que deixavam as pessoas impotentes, frágeis e vítimas de circunstâncias adversas. Esse ambiente de falência de um modelo de civilização, de insegurança e de pessimismo em relação às possibilidades de realização humana propiciou a gradativa consolidação de um novo ator regulador da economia e da vida em sociedade. Por representar uma unidade institucional, ter coesão doutrinária e abrangência territorial, a Igreja passou a se inserir também na vida política em função da ausência de autoridades estatais nas províncias (GENNARI; OLIVEIRA, 2009). As concepções e doutrinas da Igreja, que configuram uma intrincada articulação teórico-filosófica entre moral, ética e

¹¹ Originalmente o termo 'bárbaro' refere-se aos 'não gregos' ou estrangeiros. Durante o Império Romano foi utilizado para designar pejorativamente os 'não romanos' ou incivilizados, isto é, para caracterizar povos que não compartilhavam os mesmos hábitos e costumes dos habitantes das *urbes* romanas (anglos, hunos, germânicos, godos, celtas, gauleses e vândalos, entre outros).

economia, precisam ser analisadas em três momentos distintos, nos quais se destacam quatro personagens significativos, como se verá a seguir.

As bases e concepções de Santo Agostinho¹² (354-430 d.C.)

Resumidamente, pode-se dizer que Agostinho manifestou descrença na capacidade do poder da cidade (visão grega) e na garantia da justiça e dos interesses individuais (visão romana) para promover as potencialidades humanas. Para Agostinho, felicidade só é possível mediante a subordinação dos valores seculares aos valores espirituais. Portanto, cabia, à Igreja regular o conjunto de atividades humanas para que o homem alcançasse a salvação. Ao levar em consideração a concepção platônica de que o homem é definido como uma alma que se serve da materialidade de um corpo, Agostinho assume e procura enfatizar todas as decorrências lógicas que tal concepção comporta.

Assim, no contexto das interpretações de Agostinho, o comércio é considerado uma atividade condenável, mas, no limite, permitido, enquanto se pautar pelo 'preço justo'. Uma vez que era praticamente impossível impedir o comércio, o desafio consistiu em regulamentá-lo de maneira minimamente ofensiva aos preceitos fundamentais da Igreja. Para Agostinho, o preço justo dificilmente poderia ser atribuído levando-se em consideração aspectos de ordem econômica, pois este corresponde, antes de qualquer coisa, a uma convenção moral.

Em relação à escravidão, contrapõe-se às práticas dominantes na antiguidade clássica, classificando-as como algo não natural, mas no que se refere aos demais aspectos da vida econômica, Agostinho não fez maiores considerações além daquilo que havia sido estipulado pelo direito romano. Agostinho foi professor de gramática e de retórica, converteu-se ao cristianismo católico e na condição de sacerdote vendeu seu patrimônio e distribuiu o dinheiro aos pobres, vivendo a partir daí em reclusão monástica.

Os elementos centrais dessas concepções, pregações e orientações perduraram por aproximadamente oito séculos em muitas partes onde o domínio territorial da Igreja se manifestava, até que a expansão do comércio, das atividades bancárias e a reestruturação das cidades obrigaram esta instituição a promover algumas acomodações na doutrina.

¹² Origem berbere, nascido numa província romana do norte da África, estudou em Cartago, trabalhou como educador em Roma e Milão. Regressou ao norte da África, foi ordenado sacerdote e, posteriormente, eleito bispo. Autor de dezenas de tratados sobre ética, filosofia e teologia, que influenciaram profundamente a concepção do homem medieval. É um dos quatro doutores latinos da Igreja Católica.

As interpretações e ajustes de Santo Tomás de Aquino¹³ (1224-1274 d.C.)

Aquino toma por base a tradição aristotélica para fundamentar seus argumentos, tornando-se o grande nome da escolástica¹⁴. Em alguns aspectos, as suas interpretações provocaram uma reviravolta na doutrina que predominou hegemônica por aproximadamente oito séculos, marcada pelo recolhimento, resignação e busca pela revelação divina, oportunizando agora maior espaço à atividade e à razão.

Segundo Aquino, o Estado foi instituído por Deus para impulsionar o homem ao bem comum, possibilitando uma vida virtuosa, em paz e harmonia, fazendo boas obras. A Sociedade é entendida como um sistema que deve seguir a justiça cumulativa e distributiva, operando na base da cooperação, sendo que o preço justo deve ser respeitado. Considera que a riqueza e a propriedade não são um mal em si, mas seu uso pode trazer benção ou maldição. O interesse individual deve estar subordinado ao interesse coletivo e o direito de propriedade não pode ser ilimitado.

Com Aquino, a atividade comercial e o lucro são enquadrados nos seguintes termos:

[...] a negociação em si mesma considerada, não visando nenhum fim honesto ou necessário, implica em certa vileza. Quanto ao lucro, que é o fim do negócio, embora não implique por natureza nada de honesto ou necessário, também nada implica de vicioso ou de contrário à virtude [...] nada impede um lucro ordenar-se a um fim necessário ou mesmo honesto. E, desse modo, a negociação se torna lícita. Assim é, quando buscamos, num negócio, um lucro moderado, empregando-o no sustento da casa ou mesmo ao socorrer os necessitados. Ou ainda quando fazemos um negócio visando utilidade pública, para não faltarem à pátria coisas necessárias à vida; e buscamos o lucro não como um fim, mas como paga do trabalho. (AQUINO, 1956, p.709).

¹³ Nascido perto da cidade de Aquino/Sicília foi encaminhado ainda criança para o monastério de Monte Cassino (situado cerca de 80 km ao oeste de Nápoles), com o objetivo de seguir carreira religiosa. Enviado posteriormente à Universidade de Nápoles, tomou conhecimento da obra de Aristóteles. Pouco depois, decidiu juntar-se à ordem mendicante dos frades dominicanos. Seus superiores o enviaram para a Universidade de Paris, onde dedicou-se à atividade acadêmica. Morreu na abadia de Fossanova (situada no centro da Itália atual). Foi canonizado em 1323 e nomeado “doutor da Igreja” em 1567.

¹⁴ Refere-se ao método de pensamento crítico dominante no ensino da gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, astronomia e música nas escolas ou universidades medievais europeias, no período que vai de cerca de 1100 a 1500 d.C., procurando conciliar duas esferas significativas da vida humana: a fé e a razão.

Como se percebe, com Aquino são feitos alguns ajustes na doutrina aristotélica: a atividade comercial é desmistificada e o preço justo passa a incorporar o lucro do comerciante. Porém, com o desenvolvimento do comércio de longa distância surge o problema da fixação do preço justo, tornando a equação cada vez mais complexa. A consequência disso são os malabarismos doutrinários e a previsão de exceções que a Igreja precisa fazer. O crescimento da economia mercantil também pressiona as regras canônicas relacionadas aos juros e usura: a aceitação da mora por atraso e da imputação de juros sobre lucros cessantes é outra concessão feita. Em suma, naquele período, a doutrina dominante avança para a aceitação da lei da oferta e da procura como mecanismo regulador inevitável das atividades econômicas.

As críticas dos representantes da ética protestante¹⁵

A compatibilização entre formulações teológicas clássicas com o desenvolvimento da economia de mercado desafiou de modo similar teólogos católicos e protestantes, entre os quais se destacam Lutero e Calvino. A ética protestante (WEBER, 2008), que faz severas críticas à vida contemplativa e influenciou decisivamente o surgimento do capitalismo, se constitui, entre outros aspectos, numa crítica à prática da usura, pois se trata de um gênero de ganho que possibilita a vida contemplativa, o ócio, o luxo e viabiliza a ostentação.

Sobretudo em relação aos juros, Lutero criticou severamente as concessões elaboradas para acomodar a doutrina tradicional aos novos tempos: “O maior dos males da nação alemã é indubitavelmente o tráfico do dinheiro [...]. O demônio o inventou e o Papa, ao autorizá-lo, tem feito ao mundo um mal incalculável.” (LUTERO apud SKINNER, 1996, p. 20).

Algumas doutrinas tradicionais da Igreja atribuíam um valor positivo ao trabalho e Lutero se alinhou àquele entendimento. Como exemplo, é possível citar uma das primeiras ordens monásticas criadas (a dos Beneditinos, no século VI), que era hostil à vida essencialmente contemplativa e estabeleceu como lema a máxima “ora et labora”. Assim, o resgate da tradição aristotélica feita por Aquino, recuperando o ócio e a contemplação (virtudes dos cidadãos e sábios na Antiguidade clássica) como vias privilegiadas para a salvação, foi duramente criticado por Lutero, que enfatizou uma doutrina fundada no trabalho, no culto a uma vida sem ostentação e orientada pelos valores da simplicidade e da discrição aquisitiva.

¹⁵ Os dois principais representantes da ética protestante são o sacerdote alemão e professor de teologia Martinho Lutero (1483-1546 d.C.) e o humanista francês e teólogo cristão João Calvino (1509-1564 d.C.)

Calvino compartilha do mesmo ponto de vista de Lutero quanto à valorização do trabalho e do apego aos valores da vida simples sem ostentação, em detrimento ao ócio. Porém, esse teólogo francês chega a conclusões distintas das de Lutero sobre a questão da usura e dos juros. Para Calvino, a vocação é uma graça divina; portanto, os ganhos nos negócios, os lucros em empreendimentos arriscados e as boas obras praticadas pelo cristão podem ser consideradas expressão da vocação, isto é, materialização da graça divina.

No entanto, Calvino corrobora o ponto de vista de Lutero ao enfatizar que a recompensa pela vocação ao empreendedorismo, ao trabalho disciplinado e à poupança deveriam ser desfrutados com discrição, sem ostentação, luxo ou consumo excessivo.

Considerações finais

O exposto até aqui sintetiza as principais contribuições e concepções sobre desenvolvimento socioeconômico que a humanidade observou e experimentou durante os períodos históricos de predomínio cultural e político da chamada Grécia Antiga, Roma Antiga e da Igreja Medieval, até alcançar os primórdios do Mercantilismo. É possível observar que, em todos esses momentos históricos, o tema do desenvolvimento socioeconômico propriamente dito permanece como pano de fundo, intacto. O assunto é apenas tangenciado e discutido em diversas questões objetivas, práticas, empíricas, concretas, que têm, sem nenhuma dúvida, uma relação explícita com desenvolvimento, porém, esse tema não é diretamente referenciado, detalhado ou discutido.

Isto não significa nenhum demérito ou irrelevância da questão do desenvolvimento naqueles períodos; tais experiências e observações são apenas elementos de uma longa caminhada e aprendizagem que a humanidade faz no sentido de aprimorar a noção do que efetivamente seja desenvolvimento (CAIDEN; CARAVANTES, 1988; BOISIER, 2006).

Com o advento do Mercantilismo, as abordagens ao significado de desenvolvimento precisam ser entendidas numa nova dimensão, na qual as doutrinas e teorias econômicas não institucionais (como no caso da *pólis*, da *urbe* ou da Igreja) assumem um papel preponderante. Trata-se de concepções teóricas que diferentes personalidades desenvolveram, defenderam ou propuseram como estratégias para adoção em seus respectivos países ou como críticas aos modelos adotados e efeitos causados, em contextos muito diversos.

Segue um pequeno período no qual o desenvolvimento e o crescimento econômico são considerados substantivos por boa parte das teorias econômicas. Mais recentemente, esses conceitos são desdobrados e fragmentados em inúmeras formas de análise, enquanto o desenvolvimento socioeconômico passa a ser um

objetivo substantivo, buscado com uma ênfase quase insana através de políticas e estratégias que relegam a importância do ser humano e do meio ambiente para um segundo plano.

Porém, na efervescência das discussões, muitos teóricos esquecem que desenvolvimento só tem sentido quando se refere ao desenvolvimento, em última instância, de pessoas e não de coisas (economias, regiões, empresas, instituições etc.), ou seja, que qualquer evolução destas últimas sem a potenciação daquelas, em todas as suas dimensões, é totalmente inócua.

Referências

AQUINO, S. Tomás de. **Suma teológica**. 2ª Parte da 2ª Parte – Questões 47-79 Da Prudência, da Justiça [vol. 19/30]. São Paulo, Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, 1956.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOISIER, Sérgio. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CAIDEN, Gerald E.; CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educs, 1988.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson de. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Dieter Rugard Siedenberg

Endereço para correspondência:

Dieter Rugard Siedenberg – dieterrrs@unijui.edu.br
Rua do Comércio, 3000, Bairro Universitário, DACEC
98700-000 Ijuí/RS, Brasil